



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT ALBERTO MARQUES DE PINHO DIAS

**LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO:
LIÇÕES LOGÍSTICAS APRENDIDAS PELO 2º RCG NA INTERVENÇÃO
FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018**

Rio de Janeiro

2022

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT ALBERTO MARQUES DE PINHO DIAS



**LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO:
LIÇÕES LOGÍSTICAS APRENDIDAS PELO 2º RCG NA INTERVENÇÃO
FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialização em Ciências Militares.

Orientador: Cap Int MARCO AURÉLIO RODRIGUES SILVEIRA JÚNIOR

Rio de Janeiro

2022

CAP INT ALBERTO MARQUES DE PINHO DIAS

**LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO:
LIÇÕES LOGÍSTICAS APRENDIDAS PELO 2º RCG NA INTERVENÇÃO
FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Aperfeiçoamento
de Oficiais, como requisito parcial para a
obtenção do grau de especialização em
Ciências Militares.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

DEMIAN SANTOS DE OLIVEIRA – TC
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

MARCO AURÉLIO RODRIGUES SILVEIRA JÚNIOR – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
1º Membro

FELIPE MAGALHÃES COELHO DA SILVA – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
2º Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, pois é Ele quem segura a minha mão durante a tempestade e ilumina o meu caminho para que eu possa continuar em frente sem temer o desconhecido.

Agradeço, também, à minha família, minha mãe Giselli, meu filho Bernardo e em especial, à minha esposa Suyanne. Obrigado por entenderem as vezes em que abdiquei da atenção de vocês para que pudesse me manter nos estudos. Vocês são a melhor rede de apoio que eu poderia ter!

Por último, agradeço ao meu orientador Cap Aurélio, pelas intervenções oportunas, pela tranquilidade que me passou durante todo o transcurso do trabalho. Com certeza, foram fundamentais para a consecução deste trabalho.

RESUMO

A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, em 2018 proporcionou ao Exército Brasileiro uma oportunidade ímpar de capacitar a sua tropa, dentro do amplo espectro das operações, especificamente no emprego em operações de garantia da lei e da ordem. Foram desenvolvidas centenas de operações, no período de um ano, todas com características distintas, tanto no *modus operandi*, quanto na área de operações de cada organização militar. Nesse contexto, o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda esteve inserido como uma das unidades militares do Exército Brasileiro incumbidas de participar destas operações. Sendo assim, o presente estudo busca entender as diferentes formas sob as quais o 2º RCG foi empregado durante a intervenção federal e o que estas diferentes formas de emprego suscitaram no planejamento do apoio logístico de suprimento classe I e água à tropa. Desta forma, buscamos compreender os problemas logísticos enfrentados no planejamento do apoio a estas operações, assim como as soluções logísticas desenvolvidas pelos planejadores logísticos do 2º RCG.

Palavras-chave: Logística. Intervenção Federal. Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Suprimento Classe I e água.

ABSTRACT

The federal intervention in the state of Rio de Janeiro, in 2018 provided the Brazilian Army with a unique opportunity to train its troops, within the broad spectrum of operations, specifically in law-and-order guarantee operations. Hundreds of operations were carried out in the period of one year, all with different characteristics, both in the *modus operandi* and in the area of operations of each military organization. In this context, the 2nd Guard Cavalry Regiment was included as one of the Brazilian Army military units responsible for participating in these operations. Therefore, the present study seeks to understand the different ways in which the regiment was used during the federal intervention and what these different forms of employment raised in the planning of logistical support of food and water supply to the troop. This way, we intend to understand the logistical problems faced during the planning of the support for these operations, as well as the logistical solutions developed by the logistical planners of the 2nd Guard Cavalry Regiment.

Keywords: Logistics. Federal Intervention. Law-and-order Guarantee Operations. Food and water supply.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 PROBLEMA	5
1.2 OBJETIVOS	6
1.2.1 Objetivo Geral	6
1.2.2 Objetivos Específicos	6
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	6
1.4 JUSTIFICATIVAS	7
2. REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO	8
2.2 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	10
2.3 LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	12
2.4 INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	14
2.5 O EMPREGO DO 2º RCG DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL	16
2.6 APOIO LOGÍSTICO NO 2º RCG DURANTE A INTERVENÇÃO	19
3. METODOLOGIA	23
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO	24
3.2 AMOSTRA	24
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA	24
3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura	25
3.3.2 Procedimentos Metodológicos	25
3.3.3 Instrumentos	26
3.3.4 Análise dos Dados	26
4. RESULTADOS	26
5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	38
6. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as organizações militares do Exército Brasileiro (EB) participaram de diversas operações para reforçar a segurança pública na Guarnição do Rio de Janeiro, entre elas destacam-se a Força de Pacificação no Complexo do Alemão (2010-2012), Rio + 20 (2012), Copa das Confederações (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Operação São Francisco (2014-2015), Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014), Jogos Olímpicos (2016), Operação Carioca (2017), Operação Rio de Janeiro (Furacão) (2017/18) e Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018). Todas essas operações possuem base legal na missão constitucional de garantia da lei e da ordem (GLO) previsto no art. 142, *caput*, da Constituição Federal de 1988, com a seguinte redação:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

Entretanto, ao utilizarmos as Forças Armadas em apoio à segurança pública dos estados, distante da sua missão precípua, a Defesa Nacional, encontramos alguns problemas que limitam ou dificultam a atuação dos militares, entre eles podemos destacar a alta complexidade envolvida em missões desta natureza, a falta de experiência da tropa no emprego em ambiente urbano e a dificuldade de desdobramento dos meios logístico para apoio da tropa.

No presente estudo, iremos dar ênfase ao último aspecto elencado. Para tanto precisamos entender o funcionamento da logística interna das Organizações Militares (OM) do Corpo de Tropa, no qual, os militares envolvidos, devido à ausência de doutrina específica para o apoio logístico em Operações GLO, procuram realizar adaptações da doutrina existente e contam com a experiência de quem já participou de outras operações, por último, procuram embasamento em bancos de lições aprendidas, da OM ou do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex).

Identificar as soluções logísticas implementadas pelas OM durante o seu emprego em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, seus pontos fortes e oportunidades de melhoria, pode servir de *benchmark* para que outras unidades da Força Terrestre aprendam com a experiência de outrem. Nesta pesquisa procuramos

analisar as soluções que o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda (2º RCG) buscou utilizar para prestar o apoio de suprimento classe I durante as operações de garantia da lei e da ordem, as quais tomou parte, no contexto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

1.1 PROBLEMA

Apesar de ter sido cada vez mais empregado em operações da garantia da lei e da ordem, em ambiente urbano, não existe, no âmbito do Exército Brasileiro, diretrizes/doutrina referente a como conduzir o apoio logístico em operações dessa natureza, sendo o assunto apenas citado no manual de campanha: A Logística nas Operações (EB70-MC-10.216), no entanto, com pouco destaque e sem abarcar o apoio logístico interno das organizações militares. Ademais, o Banco de Lições Aprendidas do Centro de Doutrina do Exército não contempla material suficiente para embasar o planejamento logístico para este tipo de operação.

Neste diapasão, precisamos somar à lacuna deixada pela doutrina, a falta de experiência da tropa em operações desta natureza, a falta de uma cultura de manutenção de um efetivo banco de lições logísticas aprendidas e, ainda, a falta de tempo necessário para executar um planejamento logístico que abarque o levantamento de necessidades, a obtenção e a distribuição do material.

Em 2018, durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda esteve inserido em diversas operações de garantia da lei e da ordem, cada uma com particularidades diferentes que demandaram soluções ímpares para o apoio logístico. Desta forma, procurou-se, especificamente no que tange o apoio em suprimento classe I, utilizar soluções advindas das experiências adquiridas por militares que participaram de operações similares.

Sendo assim cabem alguns questionamentos: Quais foram as principais dificuldades no apoio de suprimento Classe I para o 2º RCG durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro em 2018? Quais foram as lições logísticas aprendidas pelo 2º RCG para lidar com essas dificuldades durante as operações desenvolvidas no contexto da Intervenção?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os principais problemas logísticos enfrentados pelo 2º Regimento de Cavalaria de Guarda, no que tange ao apoio em suprimento classe I (material de subsistência e água), durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro em 2018, identificando as lições aprendidas por aquela Organização Militar

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo proposto no presente estudo, necessitaremos delimitar o escopo desta pesquisa. Desta forma, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar operações no amplo espectro e suas peculiaridades;
- Conceituar operações da garantia da lei e da ordem;
- Expor os manuais que abordam a logística desenvolvida em operações de garantia da lei e da ordem;
- Identificar estudos contendo soluções para o suprimento de classe I durante operações de garantia da lei e da ordem;
- Descrever as experiências do 2º RCG durante a Intervenção;
- Identificar os principais problemas logísticos enfrentados pelo 2º RCG, no apoio em suprimento classe I;
- Expor as lições logísticas aprendidas pelo Regimento; e
- Concluir sobre as melhores práticas logísticas no apoio de suprimento classe I para as operações de garantia da lei e da ordem, segundo a experiência do 2º RCG.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Serão objetos de estudo do presente trabalho as atividades logísticas de suprimento classe I desenvolvidas pelas frações logísticas do 2º RCG, em prol da consecução de suas missões durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. Assim como as dificuldades logísticas encontradas durante o desempenho destas atividades, e as lições logísticas aprendidas durante o período indicado.

Para atingirmos este objetivo finalístico será preciso abordar toda a fundamentação teórica dimensionada nos objetivos específicos, de modo a possuímos embasamento teórico para concluir se as soluções implementadas pelo

2º RCG consistem em boas práticas que possam servir de *benchmark* para outras unidades do Exército Brasileiro.

1.4 JUSTIFICATIVAS

Segundo o Barão Antoine-Henri Jomini, principal teórico militar da primeira metade do século XIX, “a logística é tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate” (DEL RE, 1955). Mais do que nunca, essa definição cresce de importância quando nos deparamos com a necessidade do Exército Brasileiro em atuar no complexo amplo espectro dos conflitos, que perpassam situações de guerra e não guerra, concomitantes entre si ou não. (BRASIL, 2017)

Ainda dentro do estudo da logística, é relevante salientar que a seguinte premissa, atribuída ao grande general e estadista francês, Napoleão Bonaparte, “Um Exército marcha sobre seu estômago”, ainda hoje continua tão verdadeira quanto há dois séculos atrás, quando foi proferida pelo notável general francês. Sendo assim, podemos inferir que até o Exército mais poderoso do mundo, sem um efetivo fluxo logístico de alimentação e água, sucumbirá nos primeiros dias de operação, pois armamento e munição não sustentam o homem que os empunha.

Além destes aspectos, cabe destacar que a capacitação da Força Terrestre para atuação em operações no amplo espectro é um assunto de interesse estratégico do Exército Brasileiro, pois encontra-se presente no Plano Estratégico do Exército 2020-2023, no item 12.2.1.2: “Capacitar o militar para atuar em operações no amplo espectro, operações conjuntas e multinacionais.” (BRASIL, 2019, p. 41).

Por último, salienta-se que o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda é uma unidade ímpar do Exército Brasileiro: uma das apenas três unidades de guarda hipomóveis do EB. Conhecer as dificuldades logísticas de uma tropa hipomóvel para o seu emprego no âmbito do Comando Militar do Leste, pode servir de *benchmark* para outras organizações militares, ou ainda como uma forma de se explorar as capacidades e limitações da tropa hipomóvel no emprego em operações de garantia da lei e da ordem.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO

Ao longo da história as Forças Armadas sempre buscaram novas ideias sobre a maneira de se conduzir os conflitos, procurando atualizar suas estratégias de emprego e seus aspectos doutrinários, a fim de acompanhar a própria evolução dos conflitos. (CORBARI, 2012)

A partir de suas experiências nas Guerras do Afeganistão e Iraque, o Exército Americano editou um novo manual de campanha, publicado em fevereiro de 2008: o *FM 3-0 (Operations)*. Dentre as mudanças, destaca-se o entendimento que as tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade ocorrem simultaneamente, em menor ou maior grau, em qualquer tipo de operação, desde o início, caracterizando, desta forma, o amplo espectro das operações. (CORBARI, 2012)

Segundo o manual supracitado, dentro do território nacional, quando há necessidade de emprego, o Exército combina operações ofensivas, defensivas e de apoio civil, concomitantemente, como parte de uma força combinada interdependente de modo a criar oportunidades, visando alcançar resultados decisivos. Para tanto, emprega ação sincronizada, letal (operações ofensivas e defensivas) e não letal (operações de estabilidade ou apoio civil), proporcional à missão e com uma compreensão completa de todas as variáveis do ambiente operacional. (CORBARI, 2012)

Seguindo esta linha de pensamento, no início de 2013, o Estado-Maior do Exército Brasileiro introduziu o conceito de Operações no Amplo Espectro, como forma de adaptar o emprego da Força Terrestre com a evolução dos conflitos no século XXI. (NASCIMENTO, 2013)

O conceito de “Operações no Amplo Espectro” introduzido no Exército Brasileiro na última década é similar ao entendimento americano, entretanto adaptado para a realidade do emprego da Força Terrestre na grande gama de atividades que envolvem a “defesa nacional”. Portanto, sugere que os conflitos atuais não abarcam somente o combate entre oponentes armados. As operações pautam-se pela aplicação dos meios de combate, de forma simultânea ou sucessiva, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais e de assistência humanitária, em ambiente interagências. (NASCIMENTO, 2013)

Insta salientar que, normalmente, justifica-se alterar a estrutura doutrinária de uma Força amparando-se nas previsões sobre as ameaças futuras, em evoluções na natureza da guerra ou pela atualização tecnológica dos equipamentos militares. Coerentemente, as adaptações propostas para a doutrina buscam adaptar-se às nossas realidades. O termo amplo espectro assegura nosso preparo para a defesa nacional, enquanto enquadra também as operações de garantia da lei e da ordem, ações complexas, normalmente desenvolvidas em centros urbanos. (NASCIMENTO, 2013)

Ainda em seu manual de operações, o exército americano destaca a preocupação em capacitar a tropa em todas as suas dimensões para atuar neste novo contexto de operações no amplo espectro, conforme redação a seguir:

“As forças do Exército devem realizar operações ofensivas, operações defensivas e de estabilidade ou de apoio civil, de forma simultânea, para derrotar os inimigos e proteger a população. A necessidade de forças capazes de conduzir operações simultâneas no amplo espectro dos conflitos se aplica amplamente desde o nível Força-Tarefa Conjunta até o nível de subunidade. Para alcançar um alto grau de agilidade, ou a capacidade de se mover e ajustar de forma rápida e fácil, as unidades precisam de recursos, capacidade de operar com armas combinadas, e devem possuir acesso a informações relevantes de inteligência e combate e autoridade para agir.”
(ESTADOS UNIDOS, 2008, p. 26, tradução nossa)

Destaca-se na concepção Americana, a necessidade da tropa, não somente as Forças-Tarefas em níveis estratégicos, mas também as frações de nível tático, estarem capacitadas a atuar no contexto das operações no amplo espectro. O que nos remete a necessidade de adaptação das unidades militares do corpo de tropa a essa nova concepção de emprego da Força.

Podemos observar que a doutrina brasileira, expressa no manual de campanha EB70-MC-10.238: Logística Militar Terrestre, possui semelhança com a doutrina Americana. Entretanto, aborda este novo conceito de logística de forma peculiar. Ele traça parâmetros conceituais para identificar as particularidades que devem ser consideradas para promover um efetivo apoio logístico em operações no amplo espectro. Estes parâmetros iniciam com a necessidade de desenvolvimento de capacidades que contribuam para a sustentação da força empregada, cumprindo uma

extensa gama de missões e tarefas, incluindo o apoio ao restabelecimento de instituições civis. (BRASIL, 2018, p. 5-9)

Para tanto salientam-se a necessidade de conjunção de esforços entre atores civis e militares e, ainda, a necessidade de se manter uma estrutura flexível de modo a possibilitar a ampliação das capacidades logísticas rapidamente para fazer frente a um possível escalonamento do contexto das operações em curso. (BRASIL, 2018, p. 5-10)

2.2 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Historicamente, é possível afirmar que as Forças Armadas, desde a Independência do Brasil, em 1822, têm assumido a responsabilidade de promover a garantia da lei e da ordem no território nacional. Os primeiros constituintes, em 1824 inseriram no artigo 148º da CF/1824 a responsabilidade das Forças Armadas, de modo geral, de “promover a segurança e a defesa do império”.

Com o advento de diversas revoluções separatistas por todo o território nacional nos anos subseqüentes, e a proclamação da república em 1889, houve a necessidade de atualizar a constituição federal, o que ocorreu em 1891. Entretanto, as Forças Armadas permaneceram, conforme disposto no artigo 14º da CF/1891, com a incumbência de realizar a “manutenção das leis no interior”.

Em todas as constituições federais promulgadas no século seguinte, a designação da responsabilidade de garantir a lei e a ordem dentro do território nacional permaneceu no seio de atribuições das Forças Armadas, conforme redação à época da vigência de cada constituição.

Seguindo a evolução da concepção de emprego das FFAA para garantir a lei e a ordem, o manual Logística nas Operações (2019, conceitua as operações de garantia da lei e da ordem da seguinte forma:

“Uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” (BRASIL, 2019, p. 5-12)

O conceito de operação de garantia da lei e da ordem supracitado está alinhado com o que prevê o artigo 142º da CF/88 e o art. 15º da LC 97/99. Entretanto, o emprego das FFAA, de acordo com a previsão legal, como último recurso para a

preservação da ordem pública, não vem sendo seguido de forma literal. O que se vê, na realidade, é o emprego massivo das Forças Armadas para preencher lacunas deixadas pelos estados em diversas áreas, principalmente na segurança pública, contrariando o disposto no parágrafo 2º do art. 15º da LC 97/99:

“§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.”

No escopo do emprego das Forças Armadas em operações dentro do território nacional, nos últimos anos, observamos uma vertente crescente de emprego do Exército Brasileiro em operações de garantia da lei e da ordem por todo o território nacional. Em um levantamento desenvolvido pelo Ministério da Defesa, é possível observar que o Exército Brasileiro foi a força que mais foi empregada em operações desta natureza nos últimos 30 anos.

	TIPO \ LISTA	MD	MB	EB
GLO	Violência Urbana	24	5	21
	Greve da PM	18	4	23
	Eventos	32	11	27
	GVA	19	7	12
	Outros	3	0	24
	TOTAL	96	27	107
	NÃO GLO	Apoio Logístico	1	8
CSA		0	0	9
Faixa de Fronteira		0	0	28
Prontidão		1	0	3
Exercício		0	0	2
Prorrogação		0	4	8
Mandado Judicial		0	0	3
Repetição		0	7	5
TOTAL		2	19	76
TOTAL	TOTAL GERAL	98	46	183

Tabela 1 – Realização de operações GLO e não GLO de 1992 a 2022

Fonte: Ministério da Defesa (2022)

Uma das outras possíveis razões para o aumento do emprego das Forças Armadas em ambiente interno, nos últimos anos, em operações GLO e não GLO, foi o aumento das possibilidades de emprego à luz do artigo 142 da Constituição Federal de 1988, segundo regulação dada pela própria Lei Complementar nº 97 de 1999, (com

as modificações introduzidas pela LC nº 117/2004 e LC nº 136/2010), além de outros diplomas legais.

Com o crescente emprego do Exército Brasileiro em operações de garantia da lei e da ordem, e ainda levando-se em consideração a dificuldade de se desenvolver doutrinas de apoio logístico que funcionem para todas as operações GLO, uma vez que cada operação possui peculiaridades que as tornam ímpares, resta necessário estudar as operações desenvolvidas anteriormente de modo a identificar as soluções logísticas implementadas em cada uma delas, a fim de proporcionar aos futuros planejadores subsídios para tomarem melhores decisões no dimensionamento do apoio logístico às operações GLO.

2.3 LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

O Exército Brasileiro tem sido cada vez mais requisitado para solucionar crises internas. Para tanto, deve aprimorar sua doutrina de Logística Militar para enfrentar os desafios impostos pelo novo espaço onde são desencadeadas as operações, buscando identificar os possíveis óbices existentes na doutrina, bem como aproveitar as experiências adquiridas dentro e fora do território nacional. (AGUIAR, 2018, p.34)

Alinhada com essa evolução de percepção dos conflitos no século XXI, A Logística do Exército Brasileiro buscou, em seu manual de campanha EB70-MC-10.238: Logística Militar Terrestre, exprimir como deve ser a logística neste novo contexto de operações no amplo espectro:

1.2.1 A Logística tem papel fundamental para o sucesso das operações militares. Deve ser planejada e executada desde o tempo de paz, estar sincronizada com as ações planejadas e assegurar que os recursos sejam disponibilizados a todos os níveis apoiados.

1.2.2 A Logística deve ser concebida para atender às operações no amplo espectro, em situações de guerra e não guerra, com uma estrutura capaz de evoluir de uma situação de paz para a de guerra/conflito armado. Para tanto, sua organização será pautada pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade.

1.2.3 A indefinição das ameaças, a não linearidade do Espaço de Batalha e a execução de múltiplas ações, sucessivas ou simultâneas, exigem da Logística a

capacidade de sustentar continuamente as forças, adequando os recursos logísticos aos múltiplos cenários atuais e futuros.

1.2.4 A “**logística na medida certa**” consiste em configurar o apoio logístico de acordo com cada situação. Assim, a amplitude do Espaço de batalha, bem como a necessidade de apoio às forças localizadas em outros espaços como Zona de Interior (ZI) e Território Nacional (TN), pode vir a exigir a descentralização seletiva de recursos.

1.2.5 Assim, a concepção da logística militar terrestre deverá ter como premissas: a gestão das informações, distribuição, precisão e presteza do ciclo logístico e a capacitação continuada dos recursos humanos” (BRASIL, 2018, p 1-1)

Ainda que este conceito macro de logística para atuação em operações no amplo espectro seja genérico e mais difundido entre as Unidades Logísticas do Exército Brasileiro. Suas ideias-força devem servir de base para o desenvolvimento de um planejamento logístico adequado para cada operação que os elementos de manobra da Força Terrestre estiverem inseridos.

Em situações de não guerra, como o de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, devido ao seu caráter descentralizado, aumenta-se a demanda por suprimentos nas diversas classes logísticas. Desta forma, o dimensionamento do sistema logístico, as ligações necessárias e a segurança dos meios desdobrados e das unidades logísticas são indispensáveis para que o apoio à força e à população, quando necessário, seja o mais adequado. (BRASIL, 2019, p. 5-13)

Este novo modelo de logística consiste em configurar o apoio logístico de acordo com cada situação. Assim cada situação de emprego deve ser analisada e pormenorizada, pois o seu planejamento logístico pode vir a exigir a descentralização seletiva de recursos. (BRASIL, 2018, p. 1-1)

As operações GLO caracterizam-se, ainda, por serem altamente descentralizadas, na qual as organizações militares empregadas podem estar distantes do apoio logístico da brigada. Da mesma forma, as subunidades podem estar distantes do apoio logístico direto da unidade. Tudo isso, alinhado com as dificuldades do ambiente urbano faz com que o apoio logístico se torne mais difícil. (JUNIOR, 2019, p. 4)

2.4 INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O artigo 34 da Constituição Federal de 1988 determina em quais situações o Governo Federal pode intervir em um dos estados que compõe a República Federativa do Brasil. Esta possibilidade, embora tenha sido pouco utilizada, existe desde 1891, quando foi promulgada a segunda constituição do país.

Isso significa, na prática, que municípios, estados e Governo Federal têm responsabilidades próprias e autonomia em sua gestão e políticas, sem que um deles interfira nas atribuições dos demais. Entretanto, existem exceções nas quais a Constituição prevê hipóteses em que a União pode intervir naquilo que não era, originalmente, sua atribuição. São situações bem específicas em que o Governo Federal poderá intervir, mediante solicitação dos estados.

Neste diapasão, é preciso entender o cenário em que o Rio de Janeiro se encontrava ao final de 2017. Mesmo sendo considerado um dos principais estados brasileiros e um dos destinos turísticos mais visitados do país, o Rio possui comunidades onde o poder público não consegue atuar com seus Órgãos de Segurança Pública (OSP). Essas comunidades encontram-se dominadas por dois grupos principais: os narcotraficantes e as milícias, compostas em sua maioria por paramilitares (SANTOS, 2019, p.8)

Diante do quadro de insegurança no Rio de Janeiro, com índices de violência elevados e inefetividade dos OSP, o governo do estado pediu ao Governo Federal que decretasse a Intervenção Federal na segurança pública do estado. Desta forma, o pedido foi atendido e a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo, então presidente Michel Temer, no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31 de dezembro do mesmo ano.

A intervenção teve por objetivo precípua “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”, conforme redação dada pelo próprio Decreto nº 9.288/18. Entretanto, devido ao pouco tempo do qual dispunha, o Gabinete de Intervenção elencou três objetivos centrais para delimitar sua breve jurisdição sobre a segurança pública do estado: diminuir os índices de criminalidade, fortalecer as instituições e valorizar a autoridade policial civil e militar. (BRASIL, 2018)

Para que estes objetivos fossem atingidos, a Intervenção Federal atuou em uma primeira fase na adequação no comando das principais instituições e coletou dados dos Órgãos de Segurança Pública, onde equipes do Gabinete de Intervenção estiveram em unidades da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria de

Administração de Penitenciária para entender as suas necessidades. Após um breve estudo das peculiaridades da Segurança Pública e do Sistema Prisional no estado do Rio de Janeiro, abarcando sua evolução histórica e uma análise do cenário existente à época, foi priorizada a recuperação da capacidade operativa dos OSP, para que cada instituição pudesse cumprir, da melhor maneira possível, a sua respectiva missão.

A presença do Exército no policiamento de ruas e estradas e em operações integradas já vinha ocorrendo desde julho do ano de 2017, a partir da Operação GLO Rio de Janeiro (Furacão). Já a Intervenção Federal teve um caráter gerencial e administrativo. O Gabinete de Intervenção trabalhou na construção de um modelo de gestão de segurança pública para robustecer e para garantir a integração entre os OSP, de forma a “plantar a semente” para futuramente, cada órgão possa extrair o melhor desempenho possível de cada um. No curto prazo, esse modelo proporcionou uma pequena melhora nos indicadores criminais, conforme tabela a seguir:

ACUMULADO DE MARÇO A OUTUBRO

Índice de Criminalidade	2017	2018	Redução Percentual	Metas previstas pelo Plano Estratégico
Roubo de Rua	95.593	88.834	-7,07%	-5%
Roubo de veículos	37.186	34.135	-8,2%	-8%
Roubo de carga	7.364	5.949	-19,22%	-10%
Letalidade violenta	4.378	4.491	2,58%	-9%
Latrocínio	156	101	-35,26%	-10%

Tabela 2 – Redução do índice de criminalidade

Fonte: Instituto de Segurança Pública (2018)

A Intervenção Federal, por si só, já caracterizava um ano atípico para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, o ano apresentou, ainda, como dificultadores, uma greve de caminhoneiros no mês de maio de 2018 e a realização de eleições no mês de outubro de 2018. O somatório desses fatores provocou o emprego massivo das Forças Armadas em operações GLO durante aquele ano, conforme números parciais, a seguir, extraídos do Gabinete de Intervenção Federal em uma apresentação divulgada em agosto de 2018:

Desde do início da Intervenção em 16 FEV a 27 AGO (Op XX à CXXII)	
TIPOS DE AÇÕES	QUANTIDADE
1. Patrulhamento/ PBCE e PBCVU e Bloqueio de Vias no Estado RJ	62 operações
2. Cerco, Investimento, Estabilização e Desobstrução de Vias	21 operações
3. Ação comunitária	02 operações
4. ACISO	01 Operação
5. Apoio aos OSP e Agências do Estado	13 operações
6. Vistoria e Vasculhamento em Presídios	02 operações
TOTAL: 101 operações executadas (03 operações não numeradas e 04 canceladas)	

Tabela 3 – Operações realizadas pelo GIF/RJ de fev. a ago. de 2018

Fonte: GIF/RJ (2018, p. 55)

PATRULHAS
Total de Patrulhas realizadas : 4.911 (por Pel)
Total de quilometragem percorrida: 91758 Km
Total de horas patrulhadas: 9.822h (Equivalente a 410 dias ininterruptos)
- População Beneficiada Diretamente: 2.540.780 habitantes
- População Beneficiada Indiretamente: 3.649.935 habitantes
- População Beneficiada: 6.190.715 habitantes
- Total de comunidades Patrulhadas Atualmente: 32

Tabela 4 – Patrulhas realizadas pelo GIF/RJ de fev. a ago. de 2018

Fonte: GIF/RJ (2018, p.56)

No presente estudo, será dado enfoque às operações de garantia da lei e da ordem que ocorreram durante o período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em que o Exército atuou em apoio aos OSP do estado. Particularmente nas operações em que o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda participou ativamente, quer sejam a Operação Furacão, Operação São Cristóvão e a Operação Eleições 2018.

2.5 O EMPREGO DO 2º RCG DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL

O 2º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Andrade Neves é uma Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) ao Comando Militar do Leste (CML), sediado no bairro da Vila Militar, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. É uma das

três únicas unidades de cavalaria hipomóvel do Exército Brasileiro. Possui, atualmente, mais de 150 equinos em seu plantel e um efetivo previsto de aproximadamente 920 militares. O Regimento possui quatro esquadrões e uma subunidade (SU) destacada: o 1º e o 2º Esquadrão de Fuzileiros Hipomóvel, o 3º Esquadrão de Fuzileiros, o Esquadrão de Comando e Apoio e o Centro Hípico do Rio de Janeiro.

É natural que por se tratar de OMDS do CML, o 2º RCG fosse amplamente empregado durante a intervenção federal. Ademais, o Regimento Andrade Neves tem servido de laboratório para a experimentação da doutrina de emprego da tropa de fuzileiros hipomóvel, especialmente no emprego em operações de garantia da lei e da ordem.

Embora tenha a capacidade de operar com a tropa de fuzileiros hipomóvel, esta capacidade fora pouco aproveitada durante a Intervenção Federal. Sendo o Regimento Andrade Neves empregado, em boa parte das operações que tomou parte, com um esquadrão de fuzileiros a pé.

Para melhor compreender o emprego do 2º Regimento de Cavalaria durante a intervenção, foram conduzidas entrevistas com militares que participaram ativamente da Intervenção Federal. Foram selecionados o Oficial de Operações (S3), Comandante do 3º Esquadrão de Fuzileiros (Cmt 3º Esqd Fuz), SU mais empregada nas operações GLO, e um Comandante de Pelotão (Cmt Pel) do 3º Esquadrão de Fuzileiros. O estudo contou ainda com as experiências do autor enquanto oficial subalterno do 2º RCG e encarregado do setor de provisionamento daquele aquartelamento, assim como a realização de um questionário possibilitando-nos compreender os principais problemas logísticos advindos das operações GLO e validar algumas das soluções logísticas desenvolvidas pelo regimento no apoio logístico de suprimento classe I e água.

Segundo informações recebidas do S3 do 2º RCG, confirmadas pelo Cmt 3º Esqd Fuz, o Regimento Andrade Neves foi empregado, no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, da seguinte forma:

OPERAÇÃO	DURAÇÃO	OBJETIVO	SU EMPREGADAS	LOCALIDADES	MODUS OPERANDI
Furacão		Contribuir para a	3º Esqd	Vila Kennedy	Patrulha motorizada /

	28/07/2017 a 31/12/2018	preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Estado do Rio de Janeiro, em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, fase Rio de Janeiro			Segurança da ACISO
			3º Esqd	Vila Vintém	Patrulha motorizada
			1º e 3º Esqd	Curral das Éguas	Patrulha motorizada/ Patrulha Hipomóvel
			3º Esqd	Morro do Batan	Patrulha motorizada
			3º Esqd	Morro da Barão	Patrulha motorizada
			3º Esqd	Morro Bateau Mouche	Patrulha motorizada
			3º Esqd	Muquiço	Patrulha motorizada
			1º, 2º e 3º Esqd	Chatuba (Mesquita)	Investimento em localidade/ Patrulha motorizada
São Cristóvão	25/05/2018 a 04/06/2018	Contribuir com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio durante a greve dos caminhoneiros	3º Esqd	Duque de Caxias	Segurança de comboio de combustível
			3º Esqd	Niterói	
Eleições 2018	07/10/2018 e 28/10/2018	Garantia da votação e da apuração das eleições de 2018 em todo o território nacional	1º Esqd e 3º Esqd	Marechal Hermes	Patrulha motorizada/ Patrulha Hipomóvel/ Segurança estática
				Madureira	
				Vila Militar	

Quadro 1 – Participação do 2º RCG em operações GLO durante a intervenção em 2018

Fonte: Autor (2022)

A realização destas operações em localidades diferentes, muitas vezes distantes do quartelamento, representou um desafio para o planejamento, tanto do emprego quanto do apoio logístico. O emprego mais comum se deu pela realização de rondas de patrulhamento em algumas localidades, para fins de manutenção da segurança. Essas rondas poderiam ocasionar enfrentamentos com forças adversas que atuavam nas comunidades, ou ainda bloqueio das vias por parte de populares. Ademais, sempre que houvesse a identificação de barreiras irregulares, a tropa deveria prover a segurança para que as unidades de engenharia realizassem a remoção do obstáculo.

As missões onde houve a necessidade de realizar a segurança estática e as missões de escolta, transcorreram sem muitos percalços. Em apenas duas oportunidades a tropa realizou a segurança estática para fins de manutenção da segurança: na comunidade da Chatuba de Mesquita, onde, após investimento na localidade, fora realizada a manutenção da segurança no local; e, na comunidade da Vila Kennedy, onde o 2º RCG promoveu a segurança do pessoal empregado em ações cívico sociais na região (ACISO). Já as missões de escolta, durante a Operação São Cristóvão, foram curtas, o que ensejou em pouco desgaste da tropa empregada.

Por último, houve a realização do patrulhamento hipomóvel, que embora demandasse um investimento prévio na região para garantir a segurança da tropa empregada, tanto homem quanto animal, foi um instrumento utilizado para manutenção da segurança aproximada nas localidades onde foi desenvolvida. Contudo, por ter sido realizado apenas em locais próximos do Regimento, não demandou muita dificuldade no planejamento e emprego da tropa.

2.6 APOIO LOGÍSTICO NO 2º RCG DURANTE A INTERVENÇÃO

Em relação ao emprego da tropa, a participação do 2º RCG provavelmente foi bastante similar à de outras OM empregadas em operações GLO no Rio de Janeiro. Entretanto, a mudança constante de localidades, *modus operandi*, a subordinação direta ao CML, e a sobrecarga das OM logísticas da Guarnição da Vila Militar, durante aquele período, demandaram que o planejamento logístico fosse feito sob medida para atender às necessidades da tropa em cada tipo de missão.

Na presente exposição, iremos identificar as peculiaridades do apoio logístico interno de suprimento classe I e água para cada operação realizada pelo 2º RCG. Iremos discorrer sobre os desafios impostos pelas operações desenvolvidas, abordar

a solução logística implementada para realizar o apoio logístico e discutir sobre a eficácia das soluções adotadas como forma de criar um referencial teórico que possa ser aproveitado para o planejamento de operações futuras.

Desta forma, antes de explorar as soluções logísticas adotadas precisamos entender o funcionamento da logística interna de suprimento classe I e água de um regimento de cavalaria de guarda, para compreender as possibilidades que os planejadores logísticos detinham, à época, e como eles as otimizaram para realizar o apoio logístico na medida certa para cada operação.

O 2º Regimento de Cavalaria de Guarda possui um setor de aprovisionamento, chefiado por um oficial subalterno, preferencialmente do serviço de intendência. Esta fração é, administrativamente subordinada ao fiscal administrativo do regimento, para fins de levantamento de necessidades, obtenção e controle da distribuição dos gêneros alimentícios empregados. Enquanto sua subordinação operacional é feita pelo esquadrão de comando e apoio, que recebe a demanda de missões que necessitarão de apoio específico de alimentação do oficial de logística do regimento (S4), para fins de planejamento logístico do setor de aprovisionamento.

Já nas subunidades de emprego, quer sejam o 1º e 2º esquadrão de fuzileiros hipomóveis, ou o 3º esquadrão de fuzileiros, a fração responsável por equacionar o apoio logístico é a seção de comando, por intermédio do Grupo de Logística, capitaneado pelo encarregado de material do esquadrão. O grupo de logística executará o planejamento realizado pelo setor de aprovisionamento, podendo ser reforçado por esta fração tanto em pessoal quanto em material para o cumprimento da missão de apoio logístico de suprimento classe I e água.

Neste processo de suprimento, o setor de aprovisionamento funciona como centro nervoso do apoio de suprimento classe I e água. Sendo assim, as demandas levantadas pelos esquadrões de fuzileiros, subunidades operacionais, são encaminhadas ao S4 do regimento. O oficial de logística por sua vez centraliza as necessidades e despacha para o esquadrão de comando e apoio. A partir daí as missões são descentralizadas para o setor de aprovisionamento, atuando como pelotão de suprimento do esquadrão de comando e apoio, de modo que a proposta de planejamento logístico do apoio necessário ao cumprimento da missão advenha desta fração.

Dimensionado o apoio logístico necessário, ele é submetido ao esquadrão de comando e apoio novamente. De lá é encaminhado para apreciação do oficial de

logística e do fiscal administrativo e, se aprovado, o planejamento logístico é executado pelo setor de provisionamento e pelas seções de comando dos esquadrões de fuzileiros empregados.

Identificadas os atores responsáveis pelo apoio logístico de suprimento classe I, chegamos ao planejamento logístico efetivamente. A premissa básica que norteia o planejamento logístico de qualquer operação no 2º RCG é apoiar da melhor forma possível, sem deixar de atender aos princípios logísticos preconizados no manual MD42-M-02: Doutrina de Logística Militar:

“2.3.2 No planejamento e na execução das atividades logísticas devem ser aplicados os seguintes princípios:

- a) previsão;
- b) continuidade;
- c) controle;
- d) coordenação;
- e) cooperação;
- f) eficiência;
- g) flexibilidade;
- h) oportunidade;
- i) segurança; e
- j) simplicidade.”

Dentre os princípios elencados pelo manual supracitado destacam-se a continuidade do apoio, pois isto significa a sustentação da tropa durante um ritmo de operações continuadas; a eficiência, que se atinge ao realizar o correto dimensionamento dos meios logísticos, realizando a logística na medida certa, proporcionando os suprimentos que a tropa necessita para manter sua capacidade de combate; flexibilidade, vislumbrada a partir da criatividade para desenvolver soluções de modo a superar os desafios impostos pelas missões, sem esperar que todas as respostas estejam contempladas na doutrina vigente; e simplicidade, pois um planejamento logístico que possua muitos elos em sua cadeia e que seja complexo, não se sustentará frente às adversidades impostas pelas missões. (BRASIL, 2016, p.17)

Essa foi a base para o planejamento logístico de apoio de suprimento classe I e água no 2º RCG. A partir destes pressupostos, resta necessário abordar as soluções encontradas pelo regimento para fazer frente aos desafios impostos pelas operações que participou durante a Intervenção Federal.

Pouco existe documentado sobre a forma de se realizar o apoio logístico em operações de garantia da lei e da ordem. Principalmente no que tange a operação em regiões como o Rio de Janeiro, onde as comunidades são, muitas vezes, umas adjacentes às outras, impedindo, assim, o desdobramento de uma área de trens de subunidade (AT SU) que pudesse prestar o apoio cerrado a tropa em emprego na região.

Sendo assim, para realização do apoio logístico de suprimento classe I e água, o 2º RCG procurou adotar soluções criativas, orientadas pela doutrina existente, mas não normatizadas por ela, orientando-se a partir da particularidade de cada operação, para dimensionar o melhor apoio logístico possível.

Durante as ações de patrulhamento motorizado e de escoltas de comboios elencadas no quadro 1, o Regimento procurou proporcionar aos pelotões empregados um pacote logístico para que estes pelotões pudessem se manter no combate caso a missão exigisse. Isso porque seria inviável desdobrar uma ATSU para proporcionar o apoio logístico cerrado aos pelotões em patrulha. Outros fatores foram somados a esta equação como a alta mobilidade desta tropa e a possibilidade de engajamento de forças adversas. Desta forma, os pelotões empregados precisavam carregar consigo um reforço de suprimento classe I e água pois poderiam, por força da necessidade da missão, ficar mais tempo do que o previsto na patrulha motorizada, ultrapassando os horários de alimentação da tropa.

Portanto, para fazer frente a este desafio, foram adquiridas *cases* térmicas robustas de alumínio para realizar o transporte de água envasada para os pelotões empregados. Essas *cases* eram cauteladas plenas antes do início de cada ronda e só eram utilizadas caso houvessem imprevistos nas rondas que demandassem o ressuprimento de água da tropa em questão. Além disso, sabemos que o emprego da tropa no patrulhamento em localidades, algumas vezes a pé, ocasiona um desgaste maior de energia dos militares envolvidos. Levando-se em consideração este fato e com os recursos oriundos para a aquisição de suprimento classe I em apoio às operações, foram adquiridos reforços de rancho, ora denominados “catanhos”, dimensionados para proporcionar uma rápida reposição energética da tropa envolvida, e além disto, manter a sustentação da tropa em caso de evolução da situação da tropa no terreno.

No emprego da tropa em missões de segurança estática, foi preciso dimensionar um apoio cerrado aos militares desdobrados no terreno, pois estes

ficavam muito tempo sem regressar ao aquartelamento. Sendo assim, foi desdobrada parte das instalações de uma AT SU, composta, apenas, pelas estruturas destinadas à distribuição dos suprimentos classe I e água necessários à tropa no terreno. Esta talvez tenha sido a missão mais difícil de executar devido à falta de meios no Regimento. Os principais obstáculos impostos foram a falta de uma cozinha de campanha para que fosse destacada uma turma do setor de abastecimento em apoio direto à SU empregada, assim como não havia fornecedor de gelo contratado para a operação, tornando o Regimento dependente de suas próprias máquinas que não faziam frente a vazão necessária para reposição de gelo nas *cases* térmicas cedidas às subunidades. Além disto, a distância até o local de desdobramento da tropa, congestionamentos enfrentados e demais circunstâncias encontradas em cidades muito populosas, foram desafios enfrentados no planejamento logístico deste tipo de operação.

Neste diapasão, as subunidades retiravam as rações quentes e água envasada diretamente do setor de abastecimento e as levavam em *thermo box* até a ATSU desdobrada, onde a tropa realizava o consumo por revezamento de turmas. A cada nova etapa de alimentação, os grupos de logística retiravam os suprimentos no setor de abastecimento para leva-los até a área desdobrada, próximo a região de emprego da tropa.

Todas as operações desencadeadas e o apoio logístico que delas advieram tiveram em comum apenas um fator. As soluções logísticas empregadas foram derivadas de adaptações da doutrina vigente, adequadas para a necessidade da tropa naquele momento. Os fatores de sucesso preponderantes para que elas obtivessem êxito foram a criatividade, flexibilidade e oportunidade no planejamento do apoio logístico.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema proposto. Após coleta de dados, foi realizada uma entrevista com militares do 2º RCG que participaram ativamente da Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018. Os dados levantados foram consubstanciados na revisão de literatura de forma a proporcionar base para que possamos, ao fim do trabalho, extrair as principais lições logísticas aprendidas, pelo 2º RCG, nas operações desenvolvidas durante a Intervenção Federal.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

O presente trabalho propôs identificar as lições logísticas aprendidas pelo 2º RCG durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 2018, no escopo da Logística nas Operações de Pacificação.

Esta pesquisa científica está alinhada com o Plano Estratégico do Exército (2020-2023) de acordo com o item 12.2.1.2: “Capacitar o militar para atuar em operações no amplo espectro, operações conjuntas e multinacionais.” (BRASIL, 2019, p. 41).

A revisão bibliográfica foi realizada no 1º trimestre de 2022. Logo após, fora realizada a apreciação e a coleta de dados ao longo do 2º trimestre do corrente ano através da realização das entrevistas propostas, de maneira digital, a militares que desempenharam funções atinentes ao comando e controle, durante as operações que se desenvolveram ao longo da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

3.2 AMOSTRA

A população selecionada para entrevista foi composta pelo oficial de operações, comandante do 3º esquadrão de fuzileiros e um comandante de pelotão do 3º esquadrão de fuzileiros, do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda, que participaram do planejamento e execução das missões durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro em 2018, além das experiências pessoais do autor, enquanto encarregado do setor de provisionamento daquela OM.

Ademais, foi desenvolvido um questionário direcionado para todos os militares que participaram de operações de garantia da lei e da ordem nos últimos anos de forma a identificar os principais problemas encontrados neste tipo de operação, que juntamente com as entrevistas conduzidas, permitiram obter a percepção plena, tanto do ponto de vista dos planejadores, quanto dos executores de operações de garantia da lei e da ordem.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A partir da revisão bibliográfica desenvolvida, buscou-se realizar uma pesquisa exploratória sobre o assunto a ser estudado, concentrada em experiências anteriores de outras organizações militares em operações similares.

Durante a realização do estudo foram realizadas entrevistas de modo a coletar opiniões e experiências da população definida na amostragem.

O método de pesquisa desenvolvido foi o da abordagem intuitiva. Para tanto, após a realização das entrevistas e revisão bibliográfica fora realizada a apreciação dos resultados de modo a validar as informações colhidas.

A pesquisa, de forma geral, tem o propósito de extrair lições logísticas a partir de um estudo de caso. Por se tratar de assunto já conhecido, a presente pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de uma nova visão sobre a abordagem logística das Unidades em operações.

3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura

Os procedimentos para revisão da literatura consistiram em pesquisa bibliográfica e documental para melhor conhecimento do assunto a ser abordado no presente estudo, nas seguintes condições:

- Fontes de busca

As principais fontes de busca foram:

- a. Manuais militares do Exército Brasileiro e dos Estados Unidos;
- b. Dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos sobre logística nas operações de garantia da lei e da ordem;
- c. Livros publicados por civis e militares;

- Estratégia de busca eletrônica

Foram utilizados os seguintes termos para obtermos a bibliografia mais relevante ao assunto:

“Logística nas operações interagências”, “logística nas operações de garantia da lei e da ordem”, “operações de amplo espectro”, “*large-scale operations*”, “logística militar terrestre”, “intervenção federal no estado do rio de janeiro”.

3.3.2 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica nacional e internacional, englobando as legislações vigentes, manuais militares, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado da EsAO e da ECEME e livros.

Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas foram revisadas de modo a selecionar aquelas que fossem mais recentes e estivessem mais intrinsecamente ligadas ao assunto do estudo.

3.3.3 Instrumentos

O instrumento mais adequado para a realização do presente estudo é a execução de entrevistas e questionário, pois estes possibilitam adquirir respostas quali-quantitativas que consigam exprimir os problemas logísticos enfrentados, assim como validar se as soluções encontradas se encontram orientadas com estes problemas.

3.3.4 Análise dos Dados

Após extensa coleta de dados, realização da entrevista e revisão bibliográfica, a análise dos dados partirá revisão de literatura realizada, o estudo de caso realizado e as respostas obtidas junto à população do estudo, as quais serão validadas com a bibliografia disponível para analisar os fenômenos encontrados.

Desta forma o resultado do presente estudo será o mais fidedigno e produtivo possível.

4. RESULTADOS

Durante o desenvolvimento da pesquisa pudemos observar a evolução da doutrina do Exército Brasileiro, nos últimos anos, para se adaptar à nova percepção de emprego das Forças Armadas no amplo espectro das operações, quer seja em situações de guerra ou não guerra.

Esta evolução se faz presente na maioria dos manuais recentemente atualizados, como se observa no Manual Logística Militar Terrestre, que em se tratando de operações no amplo espectro, deve-se manter uma estrutura flexível de modo a possibilitar a ampliação das capacidades logísticas rapidamente para fazer frente a um possível escalonamento do contexto das operações em curso. (BRASIL, 2018, p 5-30)

Pudemos verificar, também, que desde a década de 1990, o Exército Brasileiro é a força que mais fora empregada em operações de garantia da lei e da ordem, portanto, aumenta exponencialmente a importância de realizarmos estudo de caso acerca das experiências passadas, a fim de aprimorarmos o *modus operandi* da Força Terrestre neste tipo de operação. Isso, definitivamente resultará em planejamentos mais assertivos para cada missão específica, entregando resultados melhores, tanto para a sociedade, nosso maior cliente, enquanto instituição de Estado, quanto para a tropa envolvida no desenvolvimento de alguma operação,

Ao passo que o exército passou a ser mais empregado em operações de garantia da lei e da ordem, a logística necessitou se adaptar de uma doutrina voltada para o emprego em guerras convencionais, para uma doutrina mais flexível, que pudesse atender melhor às necessidades logísticas em operações desta natureza. Entretanto, isto não se refletiu, necessariamente, no desenvolvimento de uma nova doutrina específica para este tipo de operação. A doutrina existente fora, de fato, adaptada, ademais, muitas das peculiaridades envolvidas no planejamento logístico não foram abarcadas nesta nova abordagem. E nem poderiam, haja visto que cada operação é ímpar e enrijecer o planejamento limitaria o uso da criatividade e flexibilidade no desenvolvimento de soluções que se adaptassem às necessidades da operação por parte dos planejadores, em especial, o Estado-Maior das organizações militares do corpo de tropa.

Desta forma, ficou claro que cabe aos militares responsáveis pelo planejamento logístico deste tipo de operação, alinhados com a doutrina já existente, desenvolver soluções dimensionadas para atender cada operação a que estiver inserido. Estas soluções devem ser orientadas a partir dos princípios da logística encontrados nos manuais da Força Terrestre, entretanto podem fugir ao emprego doutrinário usual.

Seguindo esta linha de raciocínio, é importante estudarmos as operações desenvolvidas durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, pois trata-se de uma oportunidade ímpar, onde o Exército Brasileiro participou de diversas operações de garantia da lei e da ordem, que, no entanto, não obedeceram aos normativos legais no que diz respeito ao seu caráter breve e temporário.

Neste diapasão, limitamos o universo da nossa pesquisa nas soluções desenvolvidas para atender às demandas logísticas de classe I e água do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda durante as operações desenvolvidas na Intervenção Federal. De modo que pudéssemos entender como foi desenvolvido o apoio logístico a cada tipo de operação desenvolvida, assim como o que motivou a solução escolhida pelos planejadores logísticos à época.

Para que o presente trabalho não contasse, apenas, com a experiência vivida pelo autor e revisão de literatura desenvolvida durante a pesquisa, foram entrevistados militares que participaram de todas as operações do 2º RCG naquele ano, em situações diferentes, porém relacionadas entre si. Para este fim, entrevistamos o oficial de operações, o comandante do 3º esquadrão de fuzileiros e

um oficial subalterno do 3º esquadrão de fuzileiros, uma vez que esta foi a subunidade mais empregada nas operações. Isto nos proporcionou uma visão do apoio logístico sob a ótica de quem participou do seu planejamento e execução, assim como nos proporcionou a ótica sob o ponto de vista do cliente final deste apoio.

Da mesma forma, objetivando compreender os problemas logísticos enfrentados durante o desenvolvimento de operações GLO, compreender o impacto das soluções adotadas pelo 2º RCG frente aos problemas identificados, e ainda, verificar a existência de outras possíveis soluções, foi aplicado um questionário que retornou cerca de 31 (trinta e uma) respostas, as quais serão dissecadas a seguir.

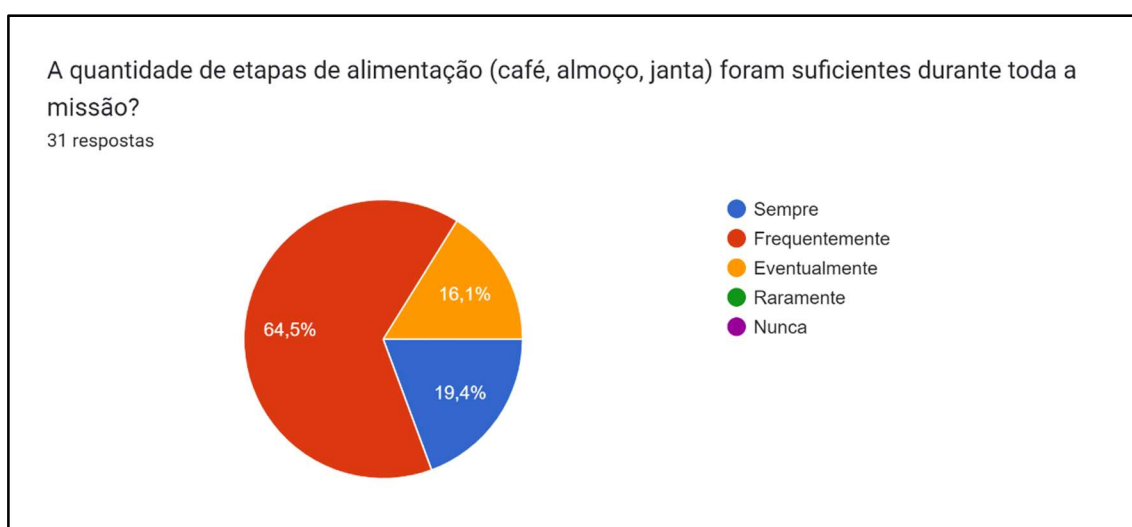


Gráfico 1 – Opinião acerca da suficiência de quantidade de etapas de alimentação fornecidas
Fonte: Autor (2022)

Analisando a primeira pergunta do questionário, percebemos que não há grandes problemas relacionados a quantidade de etapas de alimentação fornecidas durante as operações, onde as etapas previstas (café, almoço e jantar) já se mostram suficientes para a maioria dos participantes.

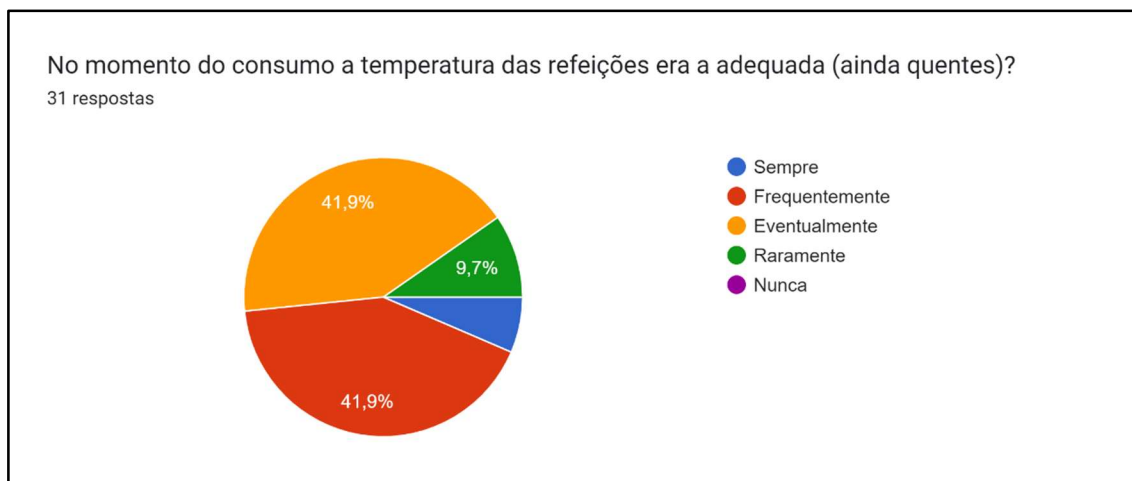


Gráfico 2 – Opinião acerca da temperatura de consumo das etapas fornecidas

Fonte: Autor (2022)

Na pergunta supracitada, nos deparamos com o primeiro problema logístico enfrentado, pois praticamente metade dos militares relataram problemas relacionados a temperatura da comida no momento do consumo. A alimentação em temperatura inadequada, além de diminuir o moral da tropa, é um elemento que concorre para a insegurança alimentar do que está sendo fornecido. Portanto este é um dos problemas capitais a serem solucionados.

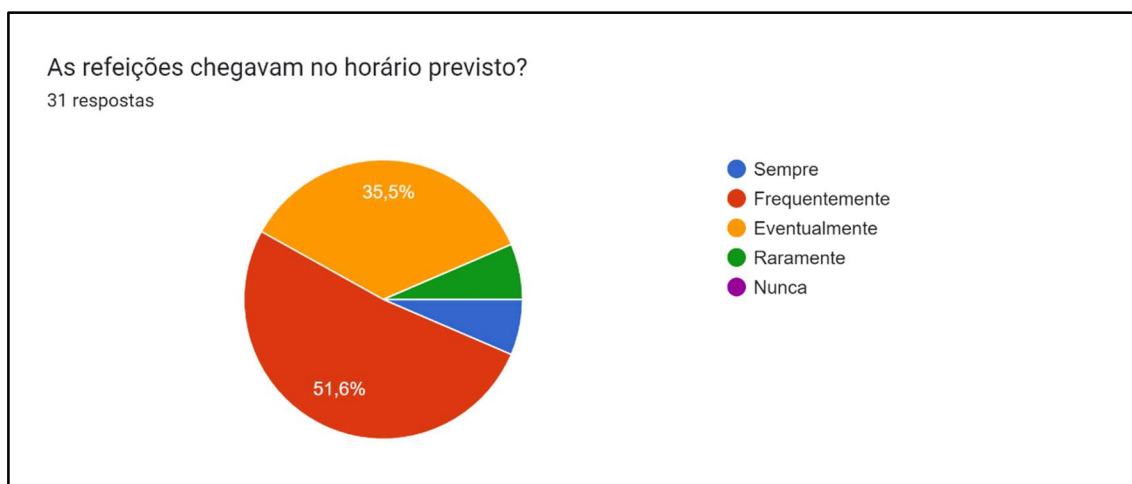


Gráfico 3 – Opinião acerca do cumprimento de horário na entrega das etapas de alimentação

Fonte: Autor (2022)

No gráfico 3 podemos verificar outro problema logístico enfrentado: o atraso no transporte das refeições foi relatado como ocasional por cerca de um terço dos participantes. Este fato diminui a confiabilidade da tropa no fornecimento da alimentação, afetando diretamente o moral dos homens em operação. Em grandes

metrópoles, como o Rio de Janeiro, quanto maior a distância entre o local de produção e o local de fornecimento da alimentação, maior será a possibilidade de incidência de problemas que acarretarão em atraso no fornecimento da alimentação.

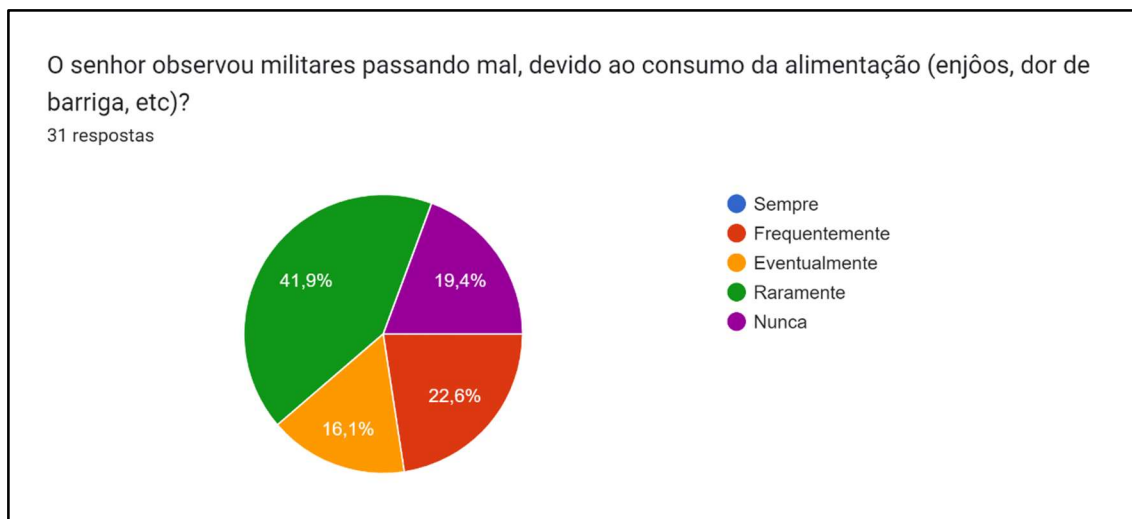


Gráfico 4 – Opinião acerca da ocorrência de militares passando mal devido ao consumo de alimentação

Fonte: Autor (2022)

Outro problema suscitado pelas grandes distâncias entre o local de preparo e o local de fornecimento da alimentação está na dificuldade de se manter a segurança dos alimentos fornecidos. No gráfico acima verificamos que grande parte dos participantes (cerca de 38,7%) experimentaram algum tipo de problema relacionado ao consumo de alimentação contaminada. Este fato diminui a capacidade de combate da tropa, portanto, mitigar a incidência destes episódios é de suma importância, dentro de um contexto de operações continuadas.

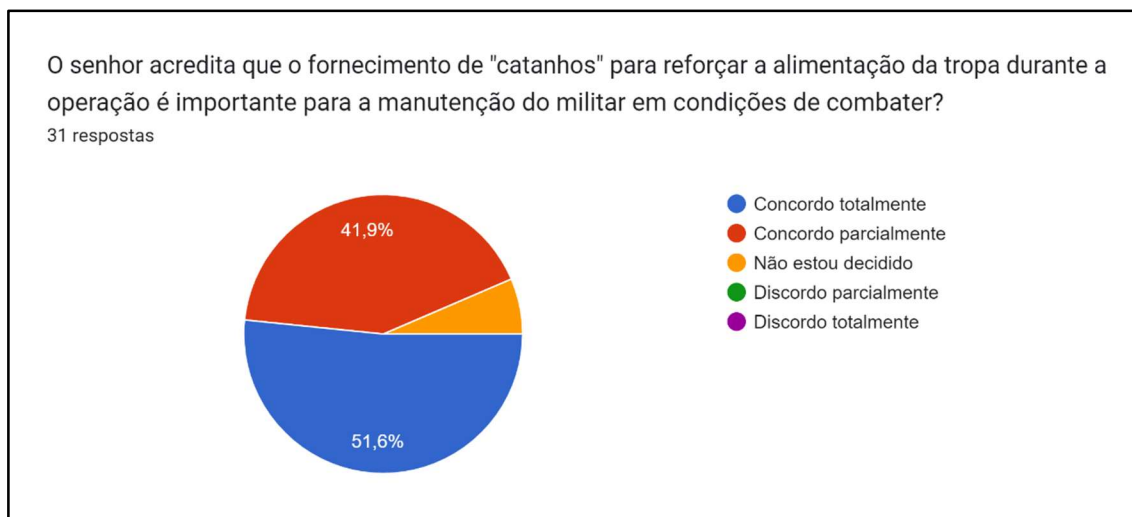


Gráfico 5 – Opinião acerca da utilização de catanhos como reforço alimentar

Fonte: Autor (2022)

O 5º gráfico do questionário desenvolvido procurou verificar a opinião da tropa acerca da utilização de catanhos como reforço alimentar. Entendemos, desta forma que os participantes concordam que a sua utilização é imprescindível para suprir o aumento do gasto calórico dos militares envolvidos em operação, onde as etapas de alimentação convencionais podem não ser suficientes para a manutenção do militar em condições de combater.

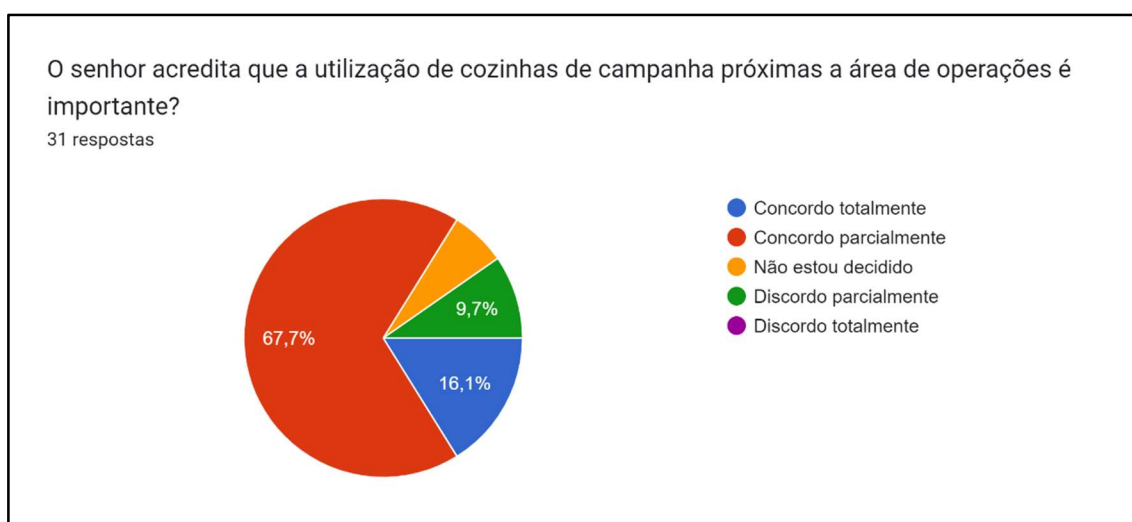


Gráfico 6 – Opinião acerca da utilização de cozinhas de campanha

Fonte: Autor (2022)

No último gráfico da parte do questionário que trata de suprimento classe I, verificou-se que quase a totalidade dos participantes acreditam que manter uma

cozinha de campanha próximo à área de operações é importante para o proporcionar o melhor apoio logístico possível. Insta salientar, porém, que a maioria das organizações militares do corpo de tropa não conta com este tipo de material, por se tratar de um material de emprego militar de alto valor agregado, que demanda capacitação para operação e manutenção.



Gráfico 7 – Opinião acerca da quantidade de água fornecida

Fonte: Autor (2022)

A partir do gráfico 7 iniciamos os questionamentos acerca do suprimento água durante as operações. Neste momento verificamos que não existem grandes problemas quanto à quantidade de água fornecida para a tropa durante as operações GLO, uma vez que quase a totalidade dos participantes informaram um grau de atendimento maior que 75% no que tange a quantidade de água fornecida.

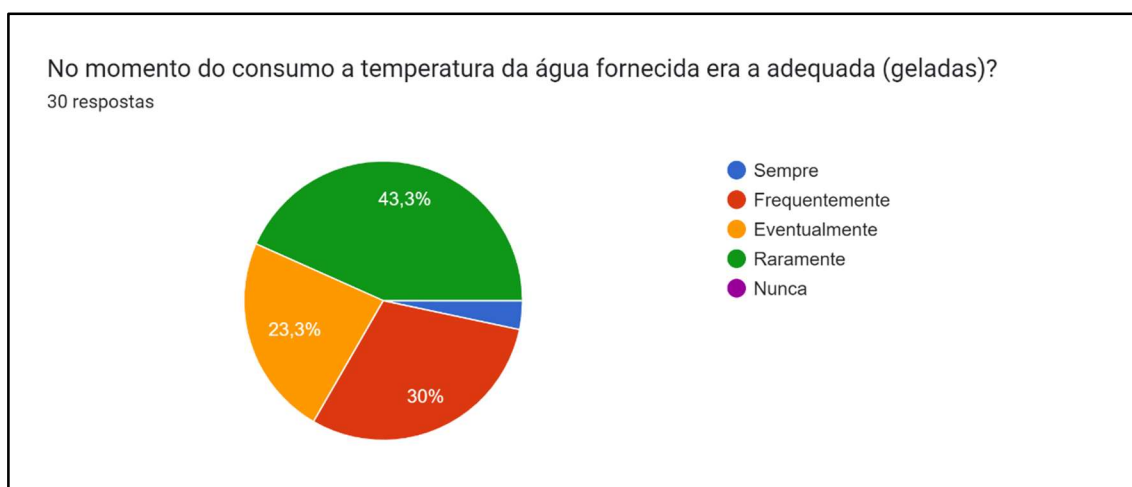


Gráfico 8 – Opinião acerca da temperatura no momento do consumo da água

Fonte: Autor (2022)

Se por um lado a quantidade de água fornecida não configurou um problema logístico durante as operações GLO, a temperatura da água no momento do consumo se mostrou um grande problema. Portanto, cabe avaliar em qual parte do processo reside a principal causa desse problema logístico: no fornecimento em si ou na própria armazenagem até o momento do consumo.

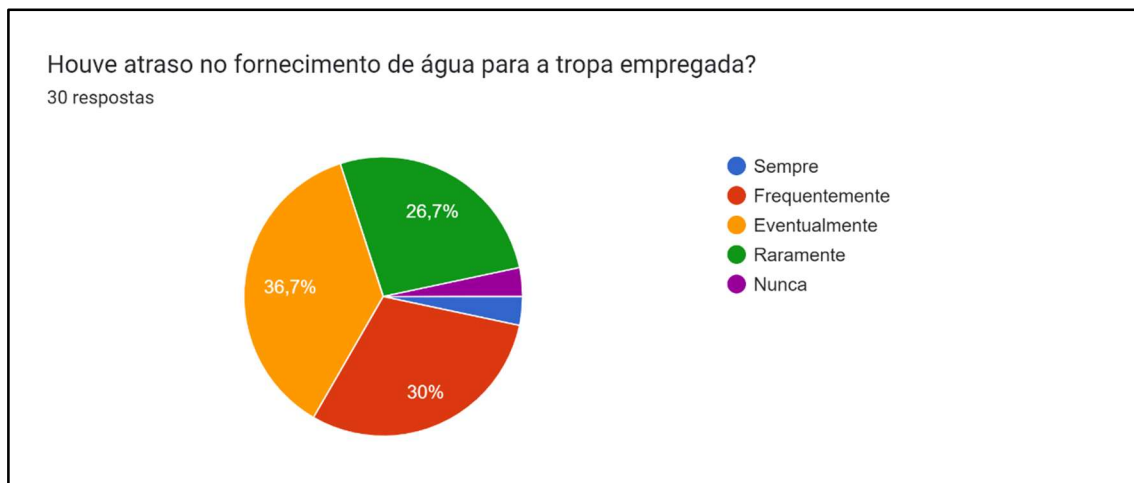


Gráfico 9 – Opinião acerca do atraso no fornecimento de água

Fonte: Autor (2022)

O 9º gráfico buscou entender, da mesma forma que para o suprimento classe I, se no fornecimento de água também ocorriam atrasos, prejudicando o moral e a higidez física da tropa em operações. E similar ao resultado encontrado na pesquisa relacionada ao suprimento classe I, cerca de 66,7% dos participantes relataram uma frequência alta de atraso no fornecimento de água, o que configura um problema logístico importante no apoio de suprimento classe I e água.



Gráfico 11 – Opinião acerca da utilização de recipientes térmicos com gelo

Fonte: Autor (2022)

Uma das formas de mitigar os problemas logísticos no suprimento de água, no 2º RCG, foi a utilização de recipientes térmicos com gelo em locais de fácil acesso para a tropa. E embora pareça uma solução simples para o problema do atraso e da temperatura da água fornecida, verificou-se no gráfico 11 que a frequência de utilização deste procedimento era menor do que a esperada.

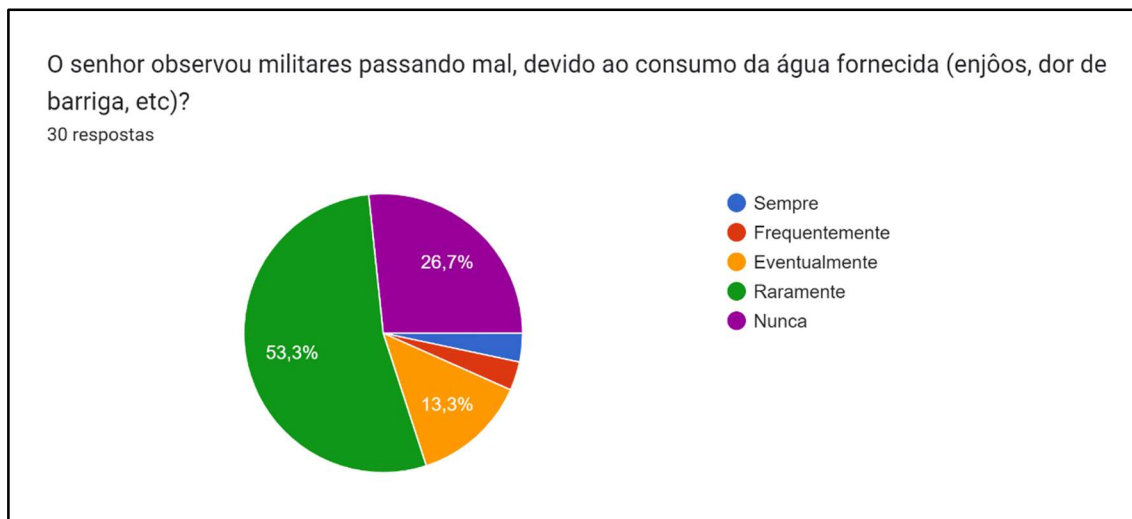


Gráfico 12 – Opinião acerca da ocorrência de militares passando mal devido ao consumo de água
Fonte: Autor (2022)

Nos últimos anos, o Exército Brasileiro passou a adotar o fornecimento de água envasada como o padrão durante operações militares. Razão pela qual podemos identificar no gráfico acima um número inexpressivo de participantes que relataram problemas quanto à contaminação da tropa devido ao fornecimento de água.

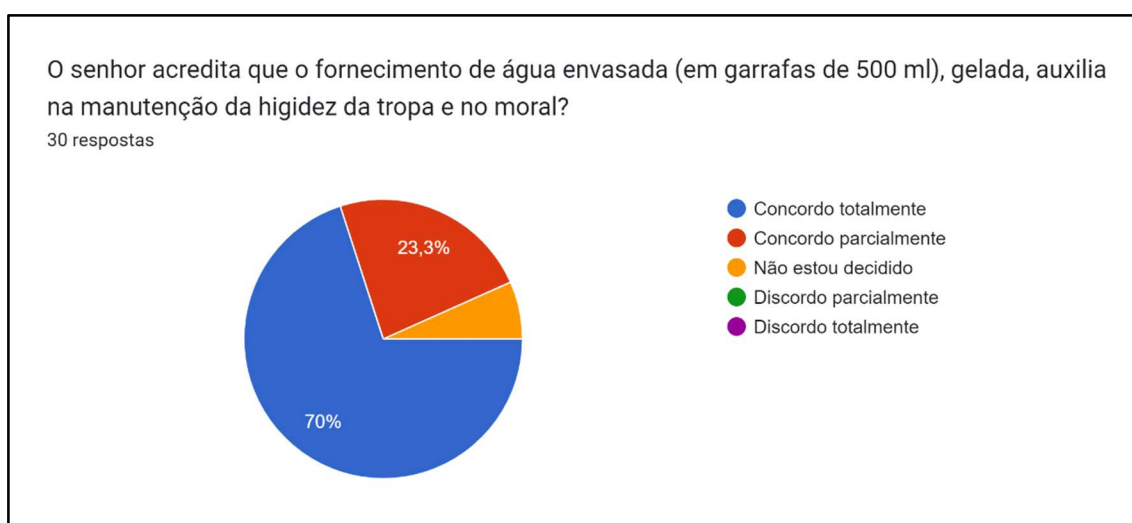


Gráfico 13 – Opinião acerca do fornecimento de água envasada como forma de auxiliar na manutenção da higidez e do moral da tropa
Fonte: Autor (2022)

O gráfico 13 se propôs a validar a utilização de água envasada, especificamente em embalagens de 500ml, como forma de auxiliar na manutenção da higidez e do moral da tropa. Insta salientar que um dos participantes relatou em suas considerações o fornecimento de água envasada, ainda congelada, para os militares em regiões muito quentes, como forma de mitigar a ação do clima sobre o aquecimento da água antes do consumo.

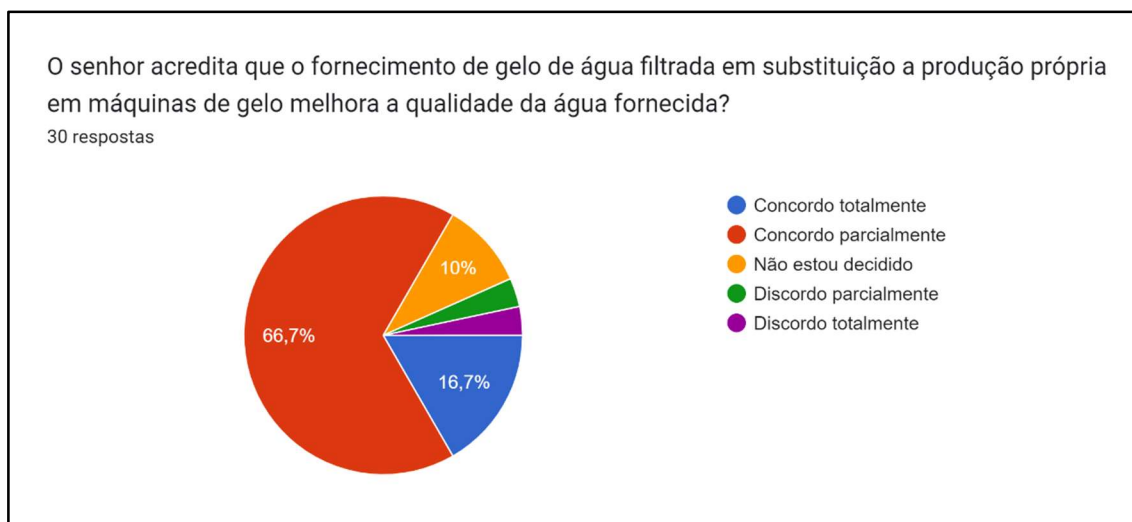


Gráfico 14 – Opinião acerca da aquisição de gelo de água filtrada em detrimento a produção própria
Fonte: Autor (2022)

Durante algumas operações, o 2º RCG contou com o fornecimento de gelo de água filtrada, e o gráfico supramencionado ratifica a aceitação dos participantes na utilização deste procedimento como um dos mais adequados no fornecimento para a tropa. Uma vez que mesmo sendo utilizado em recipientes térmicos não há como controlar o consumo do gelo pela tropa, principalmente em regiões mais quentes, o fornecimento de gelo de água filtrada, adquirido, diminui os riscos de contaminação e de desabastecimento frente a uma alta demanda.



Gráfico 15 – Opinião acerca da utilização de pacotes logísticos contendo catanho e água gelada nas viaturas

Fonte: Autor (2022)

O último questionamento direcionado aos participantes do questionário desenvolvido buscou validar a utilização das viaturas de transporte de pessoal como ponto de apoio para a tropa a fim de auxiliar na manutenção da tropa em condições de combater frente a uma eventual interrupção do fluxo logístico. Observa-se que quase a totalidade dos militares participantes do questionário aprovaram a utilização deste procedimento.

No questionário foram abertos, ainda, espaços para que os participantes compartilhassem suas próprias experiências, problemas enfrentados e sugestões. Além da sugestão já abordada de fornecimento de água envasada congelada para os militares, no que tange o fornecimento de suprimento classe I, foi identificado que, por vezes, não havia *thermobox* suficientes para armazenar todas as refeições a serem transportadas, também houveram problemas quanto à destinação das marmitas recebidas pelos militares que voltava na mesma viatura que trazia os gêneros. Por último foi relatado ainda que os militares que estavam em patrulha durante o fornecimento da refeição eram prejudicados, pois precisavam terminar o seu itinerário antes que pudessem consumir suas etapas, que, no momento do consumo, já não estavam na temperatura adequada.

Uma solução interessante para o fornecimento do suprimento classe I foi suscitada por um dos participantes. Ele revelou a sua preocupação durante o planejamento do cardápio, no qual ele buscou escolher opções mais adequadas, tais como a opção do corte de carnes em pedaços pequenos, a sua opção por evitar itens

mais secos, como farofas, e a preocupação quanto à quantidade de sal no preparo da comida, de modo a evitar um aumento no consumo de água.

Voltando o escopo para o estudo do apoio logístico desenvolvido no 2º RCG durante a intervenção, primeiramente, é preciso caracterizar as operações realizadas segundo o *modus operandi* de cada uma delas. Realizamos então, uma classificação de forma sintética em operações breves, de alta mobilidade (patrulhas motorizadas e hipomóveis, segurança de comboio) e operações mais longas e de caráter mais estático (segurança de ACISO, investimento em localidade, segurança de área), ainda que estas operações contassem com frações realizando patrulhamento nas áreas envolvidas.

As soluções logísticas implementadas no regimento, para atender à demanda de suprimento classe I e água, foram dimensionadas segundo às características destas duas classificações de operações e à doutrina vigente, utilizando-se em grande parte, do conhecimento tácito adquirido por militares a partir de experiência prévia em operações similares. Entretanto, foram soluções ímpares, inexistentes em manuais ou banco de lições aprendidas, dimensionadas para prover o suporte logístico na medida certa para a tropa.

Durante as operações com alta mobilidade, o 2º RCG empregou uma espécie de pacote logístico para apoio em caso de escalada da operação. Estes pacotes consistiam em um reforço de suprimento classe I e água pois os pelotões poderiam, por força da necessidade da missão, ficar mais tempo do que o previsto na patrulha motorizada, ultrapassando os horários de alimentação da tropa.

Além disso, devido ao entendimento de que este tipo de operação causa um dispêndio maior de energia dos militares envolvidos, foram adquiridos reforços de rancho, ora denominados “catanhos”, dimensionados para proporcionar uma rápida reposição energética da tropa envolvida, e além disto, manter a sustentação da tropa em caso de evolução da situação da tropa no terreno.

Já no emprego da tropa em operações predominantemente estáticas, foi estabelecida uma pequena AT SU que possuía apenas os suprimentos classe I e água necessários à tropa desdobrada no terreno. Esta missão foi dificultada pela falta de meios logísticos adequados, como cozinhas de campanha, câmaras frigoríficas móveis e falta de fornecimento de gelo. Portanto, ainda que o Regimento houvesse desdobrado esta pequena área de trens próximo aos locais de operação, grande parte do apoio logístico vinha diariamente da sede do aquartelamento, o que ocasionava

atraso na entrega das refeições e reabastecimento de água, assim como não garantia a segurança alimentar, tampouco chegavam na temperatura adequada para consumo.

5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Após a extensa revisão bibliográfica apresentada e experiência do próprio autor, a condução de entrevistas com militares que estiveram no 2º RCG, em funções de comando e controle, durante a Intervenção Federal, e aplicação de questionário podemos inferir que um dos fatores preponderantes para o planejamento do apoio logístico a qualquer operação é, sem dúvidas um efetivo exame de situação. Isto porque através da compreensão da especificidade da missão a ser desenvolvida, suas características e principais diferenciais, será possível dimensionar o apoio logístico da maneira correta, facilitando desta forma os processos inerentes ao ciclo logístico: a determinação das necessidades, obtenção e distribuição. (BRASIL, 2018, p. 2-21)

Na delimitação proposta pelo presente estudo, identificamos as operações desenvolvidas durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. Nesse diapasão, dividimo-as em dois grandes grupos: operações estáticas e operações móveis. As diferenças inerentes a estes grupos de operações tornaram o planejamento do apoio logístico necessário para a consecução da operação, principalmente no que tange ao apoio de suprimento classe I e água, completamente diferentes.

No grupo de operações estáticas constatamos que devido ao maior tempo de permanência da tropa no terreno, segurança proporcionada pela atuação da tropa na área e ainda desdobramento de meios logísticos na área de operações, houve-se a necessidade de destacar um pequeno módulo logístico de suprimento classe I e água para prestar o apoio cerrado a fração desdobrada no terreno. Isso trouxe melhoria na qualidade do apoio logístico prestado aos militares envolvidos na operação, pois durante o tempo em que não estavam nos seus “quartos de hora”, poderiam usufruir de um ponto de água gelada e um pequeno “rancho” desdobrado no terreno.

Entretanto, a carência de meios limitou a extensão deste apoio uma vez que o Regimento não possuía cozinha de campanha, freezer, entre outros materiais que possibilitassem o desdobramento completo deste módulo de suprimento classe I de modo a proporcionar maior conforto para a tropa. Desta maneira, apesar de desdobrar o módulo próximo à área de operações, o preparo da alimentação continuou sendo

executado no aquartelamento, e transportado até a área de operações, o que aumentou significativamente o risco de contaminação cruzada.

Analisando o grupo de operações móveis podemos constatar que devido à grande rotatividade da tropa empregada, mudança de itinerários constante, ausência de segurança de área nos locais das operações, caráter temporário deste tipo de operação e a possibilidade de estabelecer contato com o inimigo, entre outras ocorrências que possam causar um aumento no tempo da ronda, a solução adotada para o planejamento logístico para as operações estáticas não seria eficiente.

Desta forma, neste tipo de operação foi priorizada a centralização dos meios no próprio aquartelamento. Para mitigar os problemas ocasionados pela ocorrência de incidentes, a solução desenvolvida consistiu em fornecer aos militares que saíram para as atividades de patrulhamento ou segurança de comboio, um pacote logístico que pudesse sustentar os militares, caso necessitassem prosseguir na operação sem regressar ao quartel para consumir a etapa de alimentação no rancho.

Diferentemente do que ocorreu nas operações estáticas, o Regimento possuía os meios necessários para fornecer o pacote logístico para a tropa de maneira adequada. Os *cases* que o setor de provisionamento e as subunidades possuíam eram completados com gelo, onde eram colocadas as bebidas. Para a parte de alimentação, cada militar recebia um *catanho*, que deveria ser consumido em caso de necessidade. Ao final do dia, não havendo necessidade do uso, o militar poderia consumir o *catanho* como preferisse.

O apoio de água para os dois grupos de operações foi similar. Durante as operações estáticas foram centralizados os *cases*, que eram completados com gelo e água envasada. Já nas operações móveis, *cases* menores eram entregues para as patrulhas empregadas. Quando possível, eram adquiridos, também, repositores eletrolíticos, o que aumentava o grau de satisfação da tropa com relação ao apoio de bebida.

Com a aplicação do questionário e a realização das entrevistas, identificamos que no apoio logístico de suprimento classe I, os principais problemas foram a segurança alimentar prejudicada, com temperaturas inadequadas no momento do consumo e no atraso no fornecimento das etapas de alimentação, devido às distâncias entre o local de consumo e o local de preparo; e, no que tange ao apoio logístico de água, os principais problemas logísticos encontrados foram o atraso no fornecimento e a temperatura inadequada no momento do consumo.

Através do questionário desenvolvido foi possível validar algumas soluções desenvolvidas pelo regimento, assim como obter novas soluções e preocupações para o planejamento do apoio logístico futuro. Entre elas destaca-se a utilização das viaturas de transporte de pessoal como ponto de apoio para a tropa durante a patrulha, contendo pacotes logísticos compostos por catanhos individualizados e cases térmicas com gelo de água filtrado e água envasada em garrafas de 500ml.

A preocupação com a escolha dos itens do cardápio, a forma de acondicionamento da alimentação, assim como a preocupação quanto à destinação dos resíduos resultantes do consumo da alimentação também foram suscitadas a partir do questionário desenvolvido, que demonstram que no planejamento logístico adequado, deve-se atentar para todas as etapas do processo.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo encontra-se alinhado com o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, especificamente no que diz o item 12.2.1.2: “Capacitar o militar para atuar em operações no amplo espectro, operações conjuntas e multinacionais.” Desta forma, sua relevância para a Força Terrestre é evidente, uma vez que possibilitará um melhor planejamento logístico para as operações vindouras. (BRASIL, 2019, p. 41).

Durante a execução desta pesquisa científica, perpassamos uma série de conhecimentos inerentes ao estudo da guerra. Conceituamos o amplo espectro das operações, no qual a Força Terrestre está inserida no século XXI. A partir do qual entendemos as particularidades das operações de garantia da lei e da ordem, como uma das possibilidades de atuação dentro deste amplo espectro. Buscamos, também, entender as peculiaridades da logística desenvolvida durante as operações de garantia da lei e da ordem.

A partir desta primeira fase, mais focada no estabelecimento dos conceitos que seriam abordados no presente estudo, pudemos discorrer sobre o principal objetivo do trabalho, quer seja abordar o apoio logístico de suprimento classe I e água desenvolvido no 2º RCG durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro em 2018. Para tanto, necessitamos entender o que foi a intervenção federal, como ela foi desenvolvida e de que modo o regimento esteve inserido nela.

Após entendermos todos os conceitos abordados, e ainda possuímos relativo conhecimento sobre a intervenção federal e as operações das quais o regimento

participou durante o seu período de vigência, dividimos estas operações em dois grandes grupos: operações estáticas e operações móveis.

Desta forma, pudemos dividir o apoio logístico desenvolvido dentro destes dois grupos de operações. Conseguimos entender as particularidades que influenciam no planejamento em cada um desses grupos, assim como compreender os problemas logísticos enfrentados pelo 2º RCG e as soluções desenvolvidas para fazer frente a estes problemas. Neste ponto, a experiência do autor, somada as experiências dos militares com os quais foram conduzidas as entrevistas foram fundamentais para corroborar com a pesquisa científica, possibilitando unir no corpo do presente estudo um pouco de conhecimento explícito e conhecimento tácito.

As limitações impostas por restrições orçamentárias, inexperiência da tropa, impossibilidade de solicitar apoio as organizações militares próximas, inexistência de todos os meios logísticos necessários e a recorrência das operações durante a intervenção federal, foram grandes dificultadores para o desenvolvimento do apoio logístico do 2º RCG.

Entretanto, com uma compreensão situacional adequada, adaptação da doutrina, um exame de situação eficiente e ainda, valendo-se do conhecimento tácito adquirido pelos militares em experiências anteriores, foi possível contornar os problemas e prestar um bom apoio logístico à tropa durante as operações.

A partir do trabalho desenvolvido, os planejadores logísticos, tanto nas organizações militares das armas de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e comunicações, quanto nas organizações militares logísticas, possuirão melhores condições de se preparar para as operações militares, em especial as operações GLO, possibilitando iniciarem desde já o ciclo logístico, através da determinação das necessidades.

Ademais, ainda que não tenham se preparado, ao receberem uma missão desta natureza, poderão desenvolver seu exame de situação de maneira mais rápida, executando o planejamento logístico de suprimento classe I e água mais adequado para a operação que se desenvolverá, valendo-se das soluções aqui discutidas, atentando para os problemas logísticos já evidenciados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Victor Hugo D. **A logística reversa nas operações de garantia da lei e da ordem: um estudo de caso na operação são francisco VII**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2018.

ARAUJO, M. L. A. **Operações no Amplo Espectro: Novo Paradigma do Espaço de Batalha**. In: Doutrina Militar Terrestre em Revista. Brasília: Estado Maior do Exército, Jan-Mar 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Nr 9.288 de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**, 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, 2020.

BRASIL. Exército. EB20-MF-10.102. **Doutrina Militar Terrestre**. 2ª ed. Brasília, DF, 2019

_____. _____. **EB20 – MC 10.216: Logística nas Operações**. 1ª. ed. Brasília, DF, 2019.

_____. _____. **EB70 – MC – 10.223: Operações**. 5ª ed. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. **EB70 – MC – 10.238: Logística Militar Terrestre**. 1ª ed. Brasília, DF, 2018.

_____. _____. **EB70 – MC – 10.242: Operação de Garantia da Lei e da Ordem**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

_____. _____. **EB 10-P-01.007: Plano Estratégico do Exército (2020-2023)**, Brasília, DF, 2019.

_____. _____. **NCD Nr 001/2015 – DECEEx, DE 12 JAN 15. A Logística nas Operações.**

_____. _____. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército.** 4ª. ed. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Defesa. **MD 33-M10: Operações de Garantia da Lei e da Ordem.** Brasília: EGGCF, 2014.

_____. Seção de Operações Complementares. Ministério da Defesa. **Distribuição das Operações de GLO 1992 - 2022.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/4-tabelas-glo_grafico_linha_jan_22.pdf/view>. Acesso em: 6 fev. 2022.

_____. Seção de Operações Complementares. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

_____. Seção de Operações Complementares. Ministério da Defesa. **Histórico de Operações GLO.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1-metodologia-de-estudo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRAZ, Márcio A L. **A Logística Militar e o Serviço de Intendência: Uma Análise do Programa de Excelência Gerencial do Exército Brasileiro.** 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

BRAGA, Álvaro M S. **Logística nas Operações de Pacificação: A Atuação do 25º Batalhão Logístico Escola na Operação Capixaba: Lições Logísticas**

Aprendidas. 2019. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2019

CORRÊA, Glauco C. **As Operações de Amplo Espectro e sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico.** 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Haryan G. **Tarefas Operativas Nas Operações De Pacificação Em Ambiente Interno: Necessidade De Especificação Como Pressuposto À Liberdade De Ação.** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 29, n. 58, p. 57-79, jan./jun. 2014

JUNIOR, Mauri K. **A Gestão Logística na Companhia de Fuzileiros em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.** 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2019.

MENDES, C. A. K. **Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro.** Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares. v3, nº 27. Rio de Janeiro: ECEME, 3º quadrimestre de 2012.

NASCIMENTO, P. H. **A abrangente concepção de emprego da Força Terrestre.** Disponível em: <[SANTOS, Carlos B. D. **O EB na intervenção federal no estado do rio de janeiro: necessidade, desvio ou paralisação da missão constitucional?** 2019, Disponível em: < <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4697/1/Artigo-Cap%20Bianchini.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022](https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/1432/A-abrangente-concepcao-de-emprego-da-Forca-Terrestre/#:~:text=A%20designa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%9COpera%C3%A7%C3%B5es%20no%20Ampl,o%20combate%20entre%20opponentes%20armados.>></p>
</div>
<div data-bbox=)

SILVA, Matheus F O S et al. **O Ambiente Interagências nas Operações Militares no Complexo da Maré.** 2016, Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16727> >. Acesso em: 3 fev. 2022

Site do Escritório de Projetos do Exército (EPEX). Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/logistica-militar-terrestre>. Acesso em: 3 fev 2022.

SOUZA, Vinícius G. **A Estrutura da Logística Militar Terrestre de um Corpo de Exército, em Situação de Guerra, em Prol de um Comando Conjunto.** 2020. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**, Tradução de Sueli Bastos Cassal, Porto Alegre: L & PM, 2000.

UNITED STATES. Headquarters Department of the Army. **The United States Army Operating Concept 2016-2028.** Washington, DC, 2010. TRADOC Pam 525-3-1.

UNITED STATES. Headquarters Department of the Army. **FM 3-0: Operations.** Washington, DC, 2013. PIN: 079091-000.

VAN CREVELD, Martin. **Supplying war: Logistics from Wallenstein to Patton.** 7. ed. Nova Iorque: Editora da Universidade de Cambridge, 2009.